



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AA

Nº 70012596516

2005/CÍVEL

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.  
DESACOLHIMENTO.**

1. Não existindo quaisquer defeitos no julgado, à luz do art. 535 do CPC, desacolhem-se embargos de declaração, deixando, porém, prequestionadas as questões constitucionais para os efeitos da Súmula do STF, n.º 356.

**2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS.**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

TRIBUNAL PLENO

Nº 70012596516

PORTO ALEGRE

EXMO. SR. DR. PROCURADOR-GERAL DE  
JUSTIÇA

EMBARGANTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
RIO GRANDE DO SUL

EMBARGADA

EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DO  
RIO GRANDE DO SUL

EMBARGADO

EXMO. SR. DR. PROCURADOR-GERAL DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

INTERESSADO

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em desacolher os Embargos de Declaração.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores **DES. OSVALDO STEFANELLO (PRESIDENTE), DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER, DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, DES. ANTONIO CARLOS NETTO MANGABEIRA, DES. JOSÉ EUGÊNIO TEDESCO, DES. ANTONIO CARLOS STANGLER PEREIRA, DES. RANOLFO VIEIRA, DES. VLADIMIR GIACOMUZZI, DES. PAULO MOACIR**



AA

Nº 70012596516

2005/CÍVEL

AGUIAR VIEIRA, DES. VASCO DELLA GIUSTINA, DES. DANÚBIO EDON FRANCO, DES. LUIZ ARI AZAMBUJA RAMOS, DES. JOÃO CARLOS BRANCO CARDOSO, DES. MARCO ANTÔNIO BARBOSA LEAL, DES. ROQUE MIGUEL FANK, DES. LEO LIMA, DES. ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, DES. MARCO AURÉLIO DOS SANTOS CAMINHA, DES. ARNO WERLANG, DES. NEWTON BRASIL DE LEÃO, DES. SYLVIO BAPTISTA NETO, DES. JAIME PITERMAN E DES. JOSÉ FRANCISCO PELLEGRINI.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2005.

DES. ARAKEN DE ASSIS,  
Relator.

## RELATÓRIO

DES. ARAKEN DE ASSIS (RELATOR) - O Ministério Público interpõe embargos de declaração contra o v. Acórdão de fls. 578/616 que, por maioria, julgou improcedente ação direta de inconstitucionalidade. Segundo alega, a inconstitucionalidade decorrente da falta de observância do princípio da igualdade não mereceu maiores considerações, nem a impossibilidade de o Tribunal se tornar legislador positivo. Busca o embargante, segundo alega, cumprir a exigência da Súmula do STF, n.º 356.

É o relatório.

## VOTO

DES. ARAKEN DE ASSIS (RELATOR) – Senhor Presidente.

1. O v. Acórdão não padece de nenhum defeito à luz do art. 535 do Cód. de Proc. Civil, embora compreenda-se a angústia da parte,



AA

Nº 70012596516

2005/CÍVEL

considerando a interpretação corrente que se dá ao "prequestionamento", e, principalmente, à incidência da Súmula do STF, n.º 356. Está expresso e bem claro no v. Acórdão que, de um lado, o dispositivo legal não pode ser estendido a outras situações, sob pena de transformar o Tribunal em legislador positivo, e, de outro, a circunstância de que a norma não contempla todas as situações desejáveis não a torna inconstitucional, por ofensa à cláusula de isonomia, pois, então, o autor da ação obteria o efeito que almeja (a inconstitucionalidade) por um dado perverso e contrário à sua pretensão (a constitucionalidade).

2. Pelo fio do exposto, desacolho os embargos de declaração.

**TODOS OS DESEMBARGADORES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 70012596516, DE PORTO ALEGRE: "À UNANIMIDADE, DESACOLHERAM". NÃO PARTICIPOU DO JULGAMENTO, POR MOTIVO JUSTIFICADO, A DESEMBARGADORA MARIA BERENICE DIAS.

RDCO